

"Na serra do curral não pode ser atacada"

MEIO AMBIENTE

Prefeito Fuad Noman destaca que a área é patrimônio de BH e pode ir à Justiça para protegê-la. Deputado sugere o mesmo e ambientalistas também criticam decisão do Copam

PBH QUER BARRAR PROJETO NA SERRA DO CURRAL

Márcia Maria Cruz
A Prefeitura de Belo Horizonte e deputados estaduais pretendem recorrer à Justiça para garantir a proteção da Serra do Curral...



Cartão-postal de Belo Horizonte, e Serra do Curral vai ser explorada pelo Taquaril Mineradora com a aprovação do pedido de licenciamento

CONFIRA A VOTAÇÃO NO COPAM

- ✓ A FAVOR
Secretaria de Estado de Governo (Segov)
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede)
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig)
Agência Nacional de Mineração (ANM)
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas (Sindextra)
Instituto dos Industriais do Estado de Minas Gerais (Iiemg)
Sociedade Mineira de Engenheiros (SME)
✓ CONTRA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
Fundação Relictos (Relictos)
Associação Promotora (Promotada)
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes)

“A gente vê com preocupação. Vamos verificar se temos condições de entrar na Justiça para suspender essa decisão. A Serra do Curral não pode ser atacada”
Fuad Noman, prefeito de Belo Horizonte

“Existe uma ação civil pública no Ministério Público de Minas Gerais contra a ação. A sociedade civil e todos os públicos que participaram da reunião não vão desistir. Vamos recorrer e lutar”
Cláudio Pires, arquiteto, ex-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB)

“Também convocaremos os conselheiros do Copam para que expliquem a decisão. E desta vez a reunião não será na calada da noite”
Rafael Martins, deputado e presidente da comissão de Minas e Energia na ALMG

“A Prefeitura de Nova Lima informa que todo processo de licenciamento mineral é de responsabilidade do Estado. Cabe ao município apenas atestar a conformidade da atividade conforme os parâmetros do Plano Diretor”
João Marcelo Diegues Pereira, prefeito de Nova Lima

Ativistas defendem a preservação

TOMBADA A Serra do Curral foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1966 e pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) em 2010...

PRONCIAMENTO Em nota oficial o governo de Minas por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) informa que os processos de licenciamento são formalizados com amplos estudos técnicos que servem de suporte para decisão dos conselheiros da Câmara de Atividades Minerárias (CAM) e do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)...

Sobre a concessão da Licença Prévia (LP) concomitante à Licença de Instalação (LI) para o Projeto Complexo Minerário Serra do Taquaril (CMST), discutida na sexta-feira (29) e finalizada neste sábado (30), informamos que a definição de deferimento ou indeferimento das respectivas licenças pleiteadas é de competência dos conselheiros do Copam - órgão colegiado, normativo, consultivo e deliberativo, composto por diversas instituições, com representantes do Poder Público também da Sociedade Civil”

O prefeito de Nova Lima, João Marcelo Diegues Pereira (Cidadania), também se pronunciou por meio de nota: “A Prefeitura de Nova Lima informa que todo processo de licenciamento mineral é de responsabilidade do Estado. Cabe ao município apenas atestar a conformidade da atividade conforme os parâmetros do Plano Diretor”

ANA LAURA QUEIROZ* e BEL FERRAZ
A decisão do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) em liberar a exploração de mineração na Serra do Curral, em Nova Lima, no limite com Belo Horizonte, na madrugada de ontem, está sendo duramente criticada por ambientalistas que defendem a preservação da serra. A decisão tomada sob fortes protestos de ambientalistas, é a etapa final de avaliação técnica de órgãos ambientais do estado.

A arquiteta Cláudia Pires, ex-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), esteve presente na reunião e ficou até a decisão final. “Fizemos uma inversão de pauta. Primeiro fomos nos manifestar contra a instalação da mineradora e realizar a votação, mas o presidente da reunião inverteu e colocou outras pautas primeiro, tentando desmotivar as manifestações contra a liberação da mineração na serra. Muita gente queria falar, mas o presidente controlou a sala de forma muito autoritária e poucas pessoas foram ouvidas”.

A vereadora Duda Salabert (PTD) também acompanhou a reunião virtual e apontou irregularidades na votação: “As operações feitas pelas mineradoras no estado são idênticas aos acontecimentos de ontem. São processos ilegais, imorais e com poder econômico que influencia diretamente os votos dos conselheiros, que estão diretamente ligados ao projeto mineral que foi aprovado”.

Mesmo com a aprovação do Copam, Cláudia garante que os representantes da sociedade que se manifestaram contra a liberação da mineração na serra não desistiram. “Existiu uma ação civil pública no Ministério Público de Minas Gerais contra a ação. A sociedade civil e todos os públicos que participaram da reunião não vão desistir por causa dessa votação. Vamos recorrer e lutar contra”.

Duda afirmou que uma reunião de emergência já foi marcada para discutir as próximas ações: “Vamos acionar a Justiça, a fim de anular a reunião de ontem, já que existem evidências de irregularidades nela e vamos também tentar aprovar na Câmara mineira CP para averiguar o motivo de Belo Horizonte não ser consultada e o motivo de a Prefeitura de BH ter se mantido em silêncio sobre o assunto, tanto no governo Alexandre Kalil quanto no de Fuad Noman”.

Na quarta-feira, em uma tentativa de barrar o projeto, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ajuizou ação civil pública contra a mineradora e contra o município de Nova Lima. A ação defende que o projeto da Tamisa viola as regras urbanísticas previstas no Plano Diretor de Nova Lima - legislação responsável por normatizar os espaços da cidade.

Durante a semana, ambientalistas fizeram atos e protestos contra a mineração no local. Segundo o movimento, entre os impactos estão a destruição da biodiversidade da serra, que abriga quase 40 espécies de plantas e animais ameaçados de extinção, poluição do ar causada pelas explosões utilizadas para a extração do minério; a poluição sonora causada pela atividade de mineração em três turnos diários; riscos de deslizamentos amplificados pelas explosões e pela falta de vegetação que evita a erosão do solo; além da morte de cursos d'água que nascem na região.

O processo de exploração tem duas etapas: na primeira, é esperada a extração de 31 milhões de toneladas de minério ao longo de 13 anos. A segunda consiste na lavra de 3 milhões de toneladas de ilastita frível rico, com dois anos de implantação e nove de operação.

Na quarta-feira, em uma tentativa de barrar o projeto, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ajuizou ação civil pública contra a mineradora e contra o município de Nova Lima. A ação defende que o projeto da Tamisa viola as regras urbanísticas previstas no Plano Diretor de Nova Lima - legislação responsável por normatizar os espaços da cidade.

Durante a semana, ambientalistas fizeram atos e protestos contra a mineração no local. Segundo o movimento, entre os impactos estão a destruição da biodiversidade da serra, que abriga quase 40 espécies de plantas e animais ameaçados de extinção, poluição do ar causada pelas explosões utilizadas para a extração do minério; a poluição sonora causada pela atividade de mineração em três turnos diários; riscos de deslizamentos amplificados pelas explosões e pela falta de vegetação que evita a erosão do solo; além da morte de cursos d'água que nascem na região.

Entre os impactos estão a destruição da biodiversidade da serra, que abriga quase 40 espécies de plantas e animais ameaçados de extinção, poluição do ar causada pelas explosões utilizadas para a extração do minério; a poluição sonora causada pela atividade de mineração em três turnos diários; riscos de deslizamentos amplificados pelas explosões e pela falta de vegetação que evita a erosão do solo; além da morte de cursos d'água que nascem na região.

Entre os impactos estão a destruição da biodiversidade da serra, que abriga quase 40 espécies de plantas e animais ameaçados de extinção, poluição do ar causada pelas explosões utilizadas para a extração do minério; a poluição sonora causada pela atividade de mineração em três turnos diários; riscos de deslizamentos amplificados pelas explosões e pela falta de vegetação que evita a erosão do solo; além da morte de cursos d'água que nascem na região.

Entre os impactos estão a destruição da biodiversidade da serra, que abriga quase 40 espécies de plantas e animais ameaçados de extinção, poluição do ar causada pelas explosões utilizadas para a extração do minério; a poluição sonora causada pela atividade de mineração em três turnos diários; riscos de deslizamentos amplificados pelas explosões e pela falta de vegetação que evita a erosão do solo; além da morte de cursos d'água que nascem na região.

* Estágio sob supervisão do editor Vera Schmitz

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Meio ambiente **Página:** 9